



PESQUISA DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, ECONOMIA E POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

EMPREGO E RENDA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. EMPREGOS NA AMAZÔNIA LEGAL	6
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20





GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 2012 E 2023

RESUMO

O objetivo deste relatório é informar a dinâmica da geração de emprego e renda nos estados da Amazônia Legal entre 2010 e 2024. Especificamente com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), identifica-se o comportamento da geração dos empregos formais, que teve crescimento na Amazônia Legal, mesmo durante o período da pandemia de covid-19. Os resultados das ocupações em geral, formais e informais, dispostos pela PNAD, também apresentaram crescimento. Os estados do Mato Grosso e do Pará se destacam como os principais geradores de emprego na região.

Palavras-chave: Emprego. Renda. Amazônia Legal.

1. INTRODUÇÃO

A geração de emprego e renda representa uma dimensão importante do desenvolvimento econômico de um país ou de uma região. É considerada também uma *proxy* importante da qualidade de vida da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, considera em seu cálculo a renda, para captar a dimensão econômica do desenvolvimento. Existem diversos atributos que determinam os níveis de emprego e de renda, com destaque para a instrução escolar, a experiência e a idade.

Quanto ao mercado de trabalho, é importante destacar as modalidades de ocupações existentes. Em geral, elas são distribuídas de maneira formal e informal. Há alguns trabalhos que tratam a nomenclatura *emprego* como as ocupações formais, as quais têm um nível maior de garantias e direitos trabalhistas, como celetistas, servidores públicos e militares. As ocupações informais são caracterizadas por não terem vínculos empregatícios que permitam algum nível de garantia trabalhista aos trabalhadores.

O modelo de desenvolvimento entre os estados brasileiros é bem distinto, moldando padrões e dinâmicas econômicas diferenciados. É natural que ocorram diferenças nos níveis de emprego e de renda entre as regiões brasileiras, bem como na configuração do mercado de trabalho formal e informal. Historicamente, as regiões Norte e Nordeste do País possuem os menores níveis de renda em comparação com o Centro-Sul. A Amazônia Legal é formada pelos sete estados da Região Norte, pelo Estado do Mato Grosso e por parte considerável do Estado do Maranhão.

Dada a dimensão territorial da Amazônia Legal, que ocupa aproximadamente 58,9% do território brasileiro, além de abrigar mais de 20 milhões de pessoas, é importante conhecer a configuração do mercado de trabalho e o padrão da geração de renda. Esse entendimento pode subsidiar a coordenação de políticas públicas para garantir a manutenção e ampliação do emprego e da renda como, por exemplo, por meio de investimentos em setores estratégicos da economia local e integração da economia regional com o restante do País.

O objetivo deste trabalho, portanto, é avaliar o mercado de trabalho e o nível de renda da Amazônia Legal, a partir dos dados disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

2. EMPREGOS NA AMAZÔNIA LEGAL

Os dados do novo CAGED mostram que os estados da Amazônia Legal conseguiram manter e até mesmo criar novos postos de trabalho. Mesmo em 2020, ano em que teve início a pandemia da covid-19, a variação foi positiva em todos os estados, superando até mesmo a variação média do Brasil. Nos anos posteriores à pandemia, o crescimento dos empregos gerados continuou, especialmente em 2023. Vale destacar que os resultados do ano de 2024 são referentes ao acumulado do mês de junho. Porém, o estoque de empregos já é superior aos demais anos. Esse resultado é reflexo da redução da taxa de desemprego que chegou a níveis de 7%, a menor taxa desde 2014.

O saldo é a diferença entre o desligamento e a admissão. A maioria dos estados teve um aumento no saldo em 2021, ano que marcou a retomada da economia frente aos efeitos da pandemia no País. O maior quantitativo de empregos gerados, tanto em estoque quanto em saldo, ocorreu nos estados do Mato Grosso e do Pará. No entanto, os menores estados, como Roraima e Amapá, tiveram a maior variação do saldo de empregos gerados até junho de 2024, em relação ao ano de 2020.

Tabela 1 – Estoque, Admissões, Desligamentos, Saldos e Variação do Emprego Formal nos Estados da Amazônia Legal entre 2020 e 2024

	UF	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldos	Variação (%)
2020	Rondônia	241.802	81.792	77.467	4.325	1,8
	Acre	83.781	22.803	20.334	2.469	2,9
	Amazonas	423.541	126.917	117.448	9.469	2,2
	Roraima	58.829	21.731	18.038	3.693	6,3
	Pará	795.880	236.484	209.828	26.656	3,3
	Amapá	68.389	18.481	16.499	1.982	2,9
	Tocantins	203.983	57.200	51.065	6.135	3,0
	Maranhão	535.598	130.158	114.942	15.216	2,8
	Mato Grosso	753.379	306.182	283.633	22.549	3,0
2021	Rondônia	258.162	132.857	117.100	15.757	6,1
	Acre	91.821	40.388	32.706	7.682	8,4
	Amazonas	460.623	201.939	167.183	34.756	7,5
	Roraima	63.758	35.208	30.589	4.619	7,2



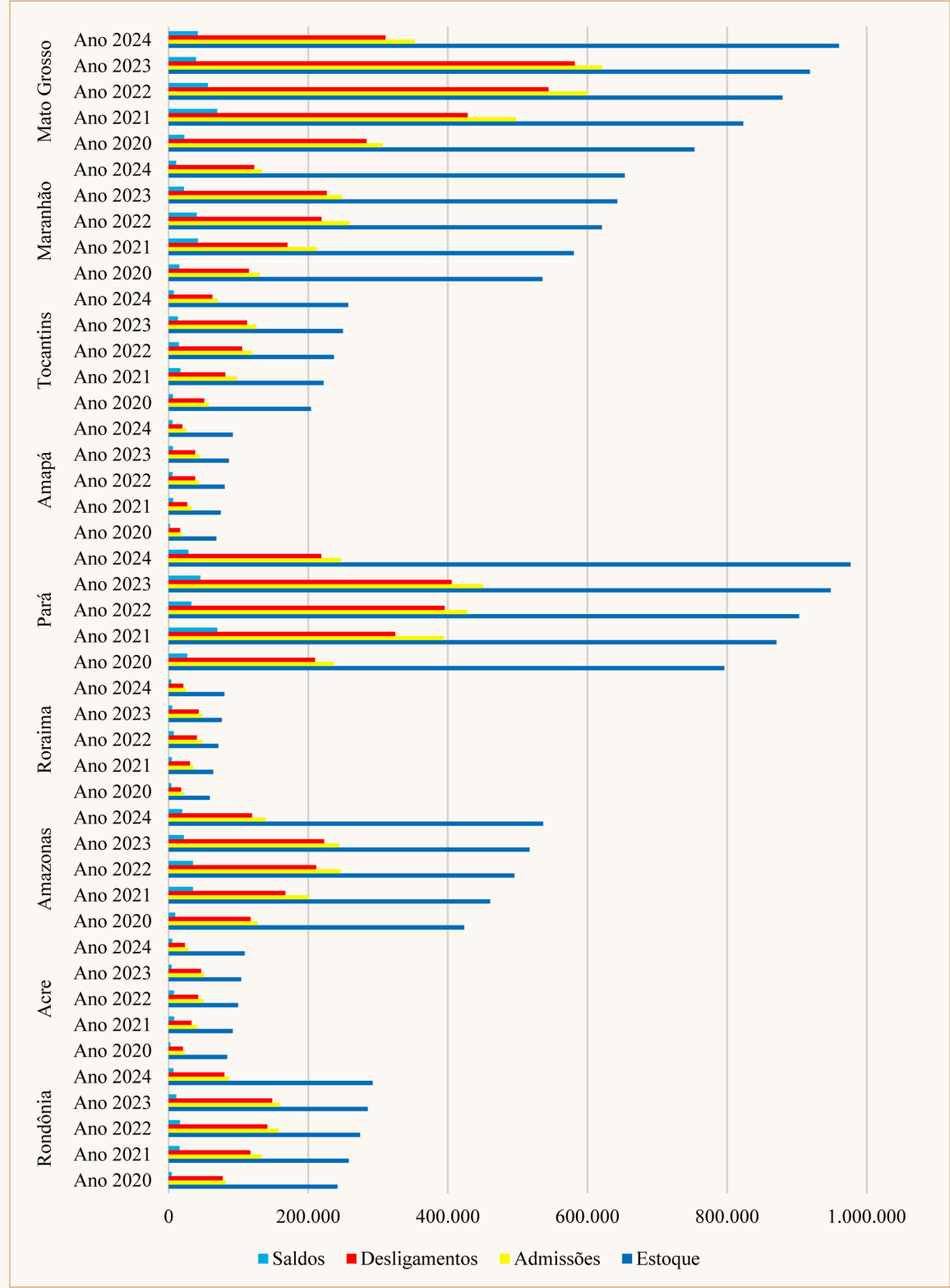
(continuação)

	UF	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldos	Variação (%)
2021	Pará	870.726	394.472	324.748	69.724	8,0
	Amapá	74.660	32.836	26.629	6.207	8,3
	Tocantins	222.048	97.942	81.127	16.815	7,6
	Maranhão	580.536	212.190	170.270	41.920	7,2
	Mato Grosso	823.021	497.856	428.311	69.545	8,4
2022	Rondônia	274.308	157.553	141.407	16.146	5,9
	Acre	99.437	49.887	42.271	7.616	7,7
	Amazonas	495.426	246.338	211.535	34.803	7,0
	Roraima	71.194	47.924	40.488	7.436	10,4
	Pará	903.113	427.895	395.508	32.387	3,6
	Amapá	80.227	43.454	37.887	5.567	6,9
	Tocantins	236.658	119.698	105.088	14.610	6,2
	Maranhão	620.741	259.276	219.071	40.205	6,5
	Mato Grosso	879.298	600.559	544.282	56.277	6,4
2023	Rondônia	285.303	159.340	148.345	10.995	3,9
	Acre	103.836	50.915	46.516	4.399	4,2
	Amazonas	517.101	244.380	222.705	21.675	4,2
	Roraima	76.195	47.962	42.961	5.001	6,6
	Pará	948.537	450.880	405.456	45.424	4,8
	Amapá	86.358	44.022	37.891	6.131	7,1
	Tocantins	249.845	125.616	112.429	13.187	5,3
	Maranhão	642.734	248.455	226.462	21.993	3,4
	Mato Grosso	918.578	621.041	581.761	39.280	4,3
2024 - Até junho	Rondônia	292.191	86.817	79.929	6.888	2,4
	Acre	108.974	28.343	23.205	5.138	4,7
	Amazonas	536.607	139.001	119.495	19.506	3,6
	Roraima	79.902	24.620	20.913	3.707	4,6
	Pará	976.938	247.000	218.599	28.401	2,9
	Amapá	91.885	25.253	19.726	5.527	6,0
	Tocantins	257.262	70.027	62.610	7.417	2,9
	Maranhão	653.590	133.407	122.551	10.856	1,7
	Mato Grosso	960.289	352.509	310.798	41.711	4,3

Fonte: CAGED (2024).



Gráfico 1 – Estoque, Admissões, Desligamentos, Saldos e Variação do Emprego Formal nos Estados da Amazônia Legal entre 2020 e 2024



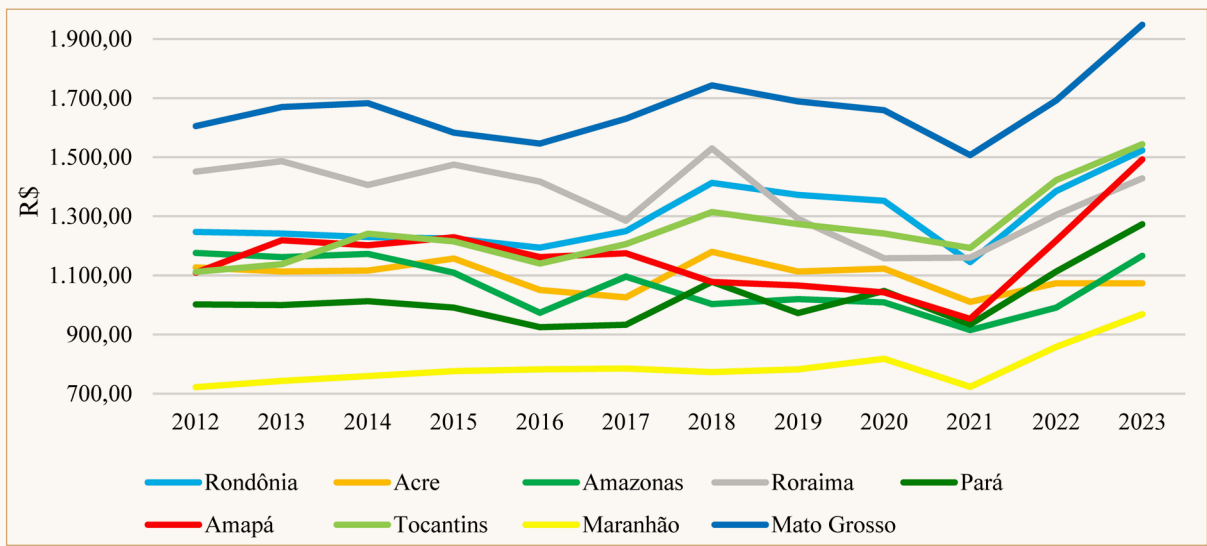
Fonte: CAGED (2024).



2.1 RENDIMENTO REAL MÉDIO MENSAL PER CAPITA NOS DOMICÍLIOS

O Gráfico 2 apresenta o rendimento real médio mensal *per capita* nos domicílios dos estados da Amazônia Legal entre os anos de 2012 e 2023. Observa-se que existe um padrão bem heterogêneo na tendência de evolução do rendimento real médio entre os estados. O único movimento comum dos estados é a redução do rendimento médio no ano de 2021, reflexo dos efeitos da pandemia no ano anterior. Percebe-se que o Estado do Maranhão tem o menor rendimento médio em relação ao demais, enquanto o Estado do Mato Grosso apresentou o maior nível de rendimento real médio durante o período avaliado.

Gráfico 2 – Rendimento Real Médio Mensal *Per Capita* nos Domicílios dos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023



Fonte: IBGE (2024).

2.2 POPULAÇÃO RESIDENTE, COM RENDIMENTO, POR TIPO DE RENDIMENTO

A Tabela 2 apresenta o número de pessoas residentes com rendimento de todas as fontes, entre 2012 e 2023. Esse resultado diz respeito às pessoas que obtiveram algum tipo de rendimento durante o período avaliado, o que permite verificar o quantitativo de pessoas que geraram algum tipo de renda na economia. É válido destacar que esse resultado é diferente das pessoas ocupadas, uma vez que envolve o número de pessoas fora da força de trabalho, como aposentados e pensionistas, que são indivíduos que não estão ocupados, mas que possuem algum tipo de rendimento.

Tabela 2 – População Residente com Rendimento na Amazônia Legal, por todas as Fontes de Rendimento entre 2012 e 2023 (mil pessoas)

Estado	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	118.214	120.313	121.843	122.606	122.513	123.662	126.004	128.863	128.666	127.098	134.075	139.978
Rondônia	908	925	936	931	971	984	998	1.023	1.079	1.004	1.102	1.133
Acre	377	401	403	413	412	428	449	439	464	466	473	470
Amazonas	1.703	1.752	1.817	1.837	1.850	1.889	1.954	1.984	2.037	2.023	2.120	2.238
Roraima	227	234	251	250	253	257	277	270	280	281	319	334
Pará	4.065	4.190	4.236	4.350	4.381	4.481	4.501	4.617	4.827	4.738	5.036	5.258

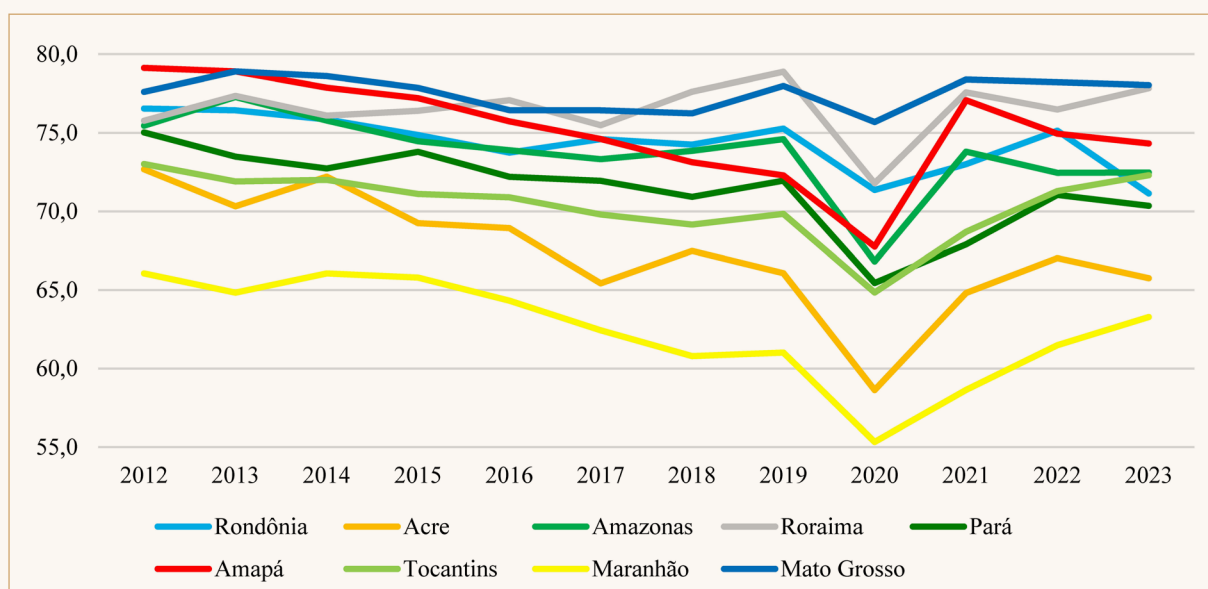
(continuação)

Estado	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Amapá	345	365	357	373	379	386	387	433	428	410	471	518
Tocantins	793	822	843	841	859	871	898	915	913	920	996	1.029
Maranhão	3.435	3.483	3.620	3.657	3.629	3.617	3.570	3.596	3.691	3.580	3.899	4.027
Mato Grosso	1.849	1.934	1.907	1.961	1.966	2.011	2.075	2.135	2.090	2.064	2.172	2.313

Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 3 apresenta a proporção da população residente com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos. Um movimento geral nos estados foi a redução, em 2020, da proporção de pessoas com rendimento. Os estados do Acre e do Maranhão registraram as menores proporções de pessoas com rendimento habitualmente recebido por algum trabalho, enquanto os estados do Mato Grosso e Roraima apresentaram as maiores proporções em comparação aos estados da Amazônia Legal no período avaliado. Esse resultado traz indicativos dos estados cuja população tem maior dependência de rendimentos de outras fontes além do trabalho e os estados que têm a economia mais forte.

Gráfico 3 – População Residente com Rendimento Habitualmente Recebido em Todos os Trabalhos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)

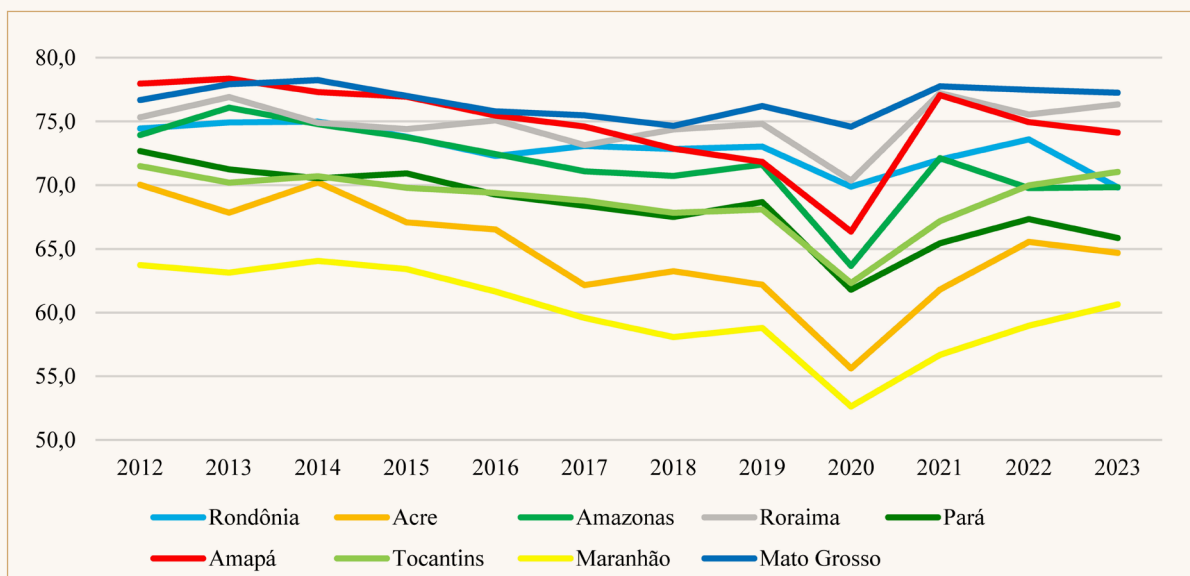


Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 4 apresenta a proporção da população residente com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos. A principal informação deste gráfico está de acordo com a interpretação do Gráfico 3. Entretanto, é válido destacar as diferenças entre rendimento habitualmente recebido e efetivamente recebido. Os rendimentos habitualmente recebidos são aqueles que a população ocupada conta que irá receber durante o mês, enquanto os rendimentos efetivamente recebidos são os que, de fato, a população ocupada recebeu.



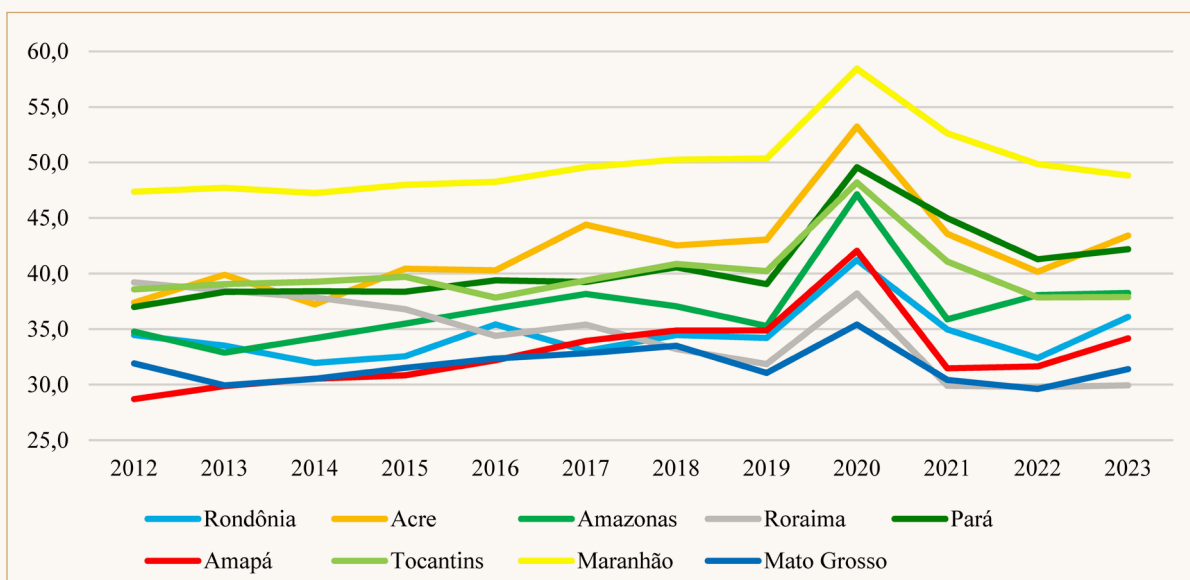
Gráfico 4 – População Residente com Rendimento Efetivamente Recebido em Todos os Trabalhos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 5 apresenta a proporção da população com rendimento de outras fontes. Uma tendência comum em todos os estados foi o aumento da proporção de pessoas com outras fontes de rendimento no ano de 2020, início da pandemia da covid-19. Isso demonstra que a população procurou fontes alternativas de renda frente aos impactos das restrições sanitárias impostas para conter a circulação do vírus. Percebe-se que o Estado do Maranhão, habitualmente, tinha proporções maiores em todos os períodos, porém essa proporção aumentou em 2020 acima de 50%.

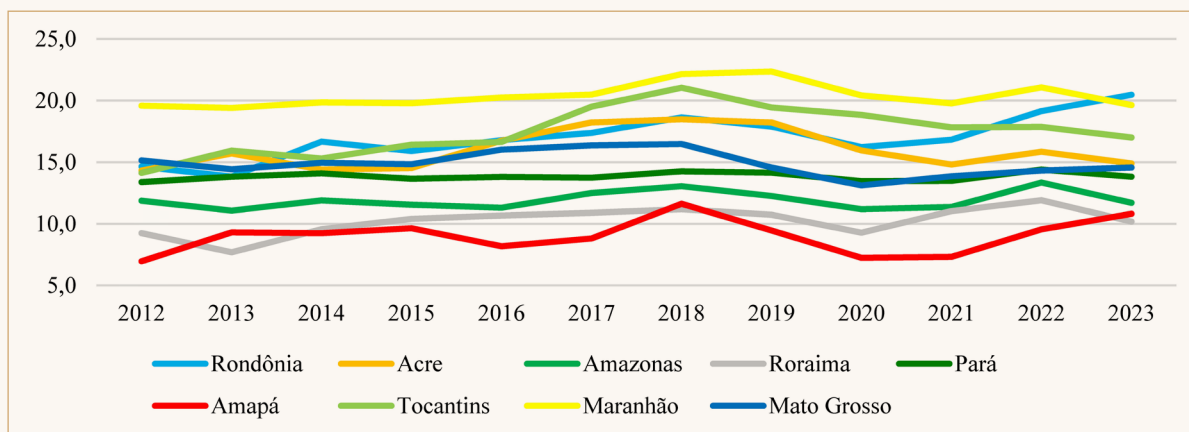
Gráfico 5 – População Residente com Rendimento de outras Fontes nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 6 apresenta a proporção da população com rendimento de aposentadoria e pensões. Percebe-se que não existe uma tendência comum entre os estados. Isso demonstra que a população economicamente ativa (PEA¹) dos estados possui características distintas. O Estado do Maranhão tem a maior proporção de pessoas com rendimento de aposentadoria e pensões. Esses dados fornecem uma *proxy* do envelhecimento da população dos estados na Região Amazônica.

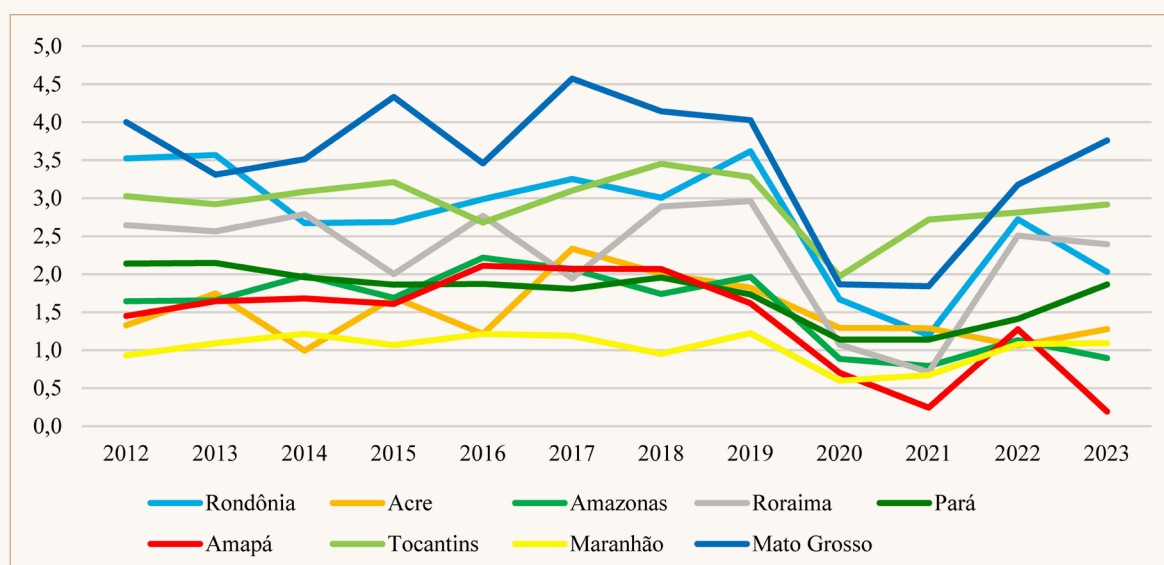
Gráfico 6 – População Residente com Rendimento de Aposentadoria e Pensões nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 7 apresenta a proporção da população com rendimento de aluguéis e arrendamentos. É possível observar que o comportamento entre os estados é bem distinto. Porém, uma tendência comum é a redução considerável da proporção de pessoas com rendimento de aluguel no ano de 2020, resultado da suspensão de contratos por conta da pandemia da covid-19. A retomada de pessoas com esse tipo de rendimento ocorreu no ano de 2022. No ano de 2023, o Estado do Amapá, por exemplo, voltou aos níveis de 2021.

Gráfico 7 – População Residente com Rendimento de Aluguel e Arrendamentos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



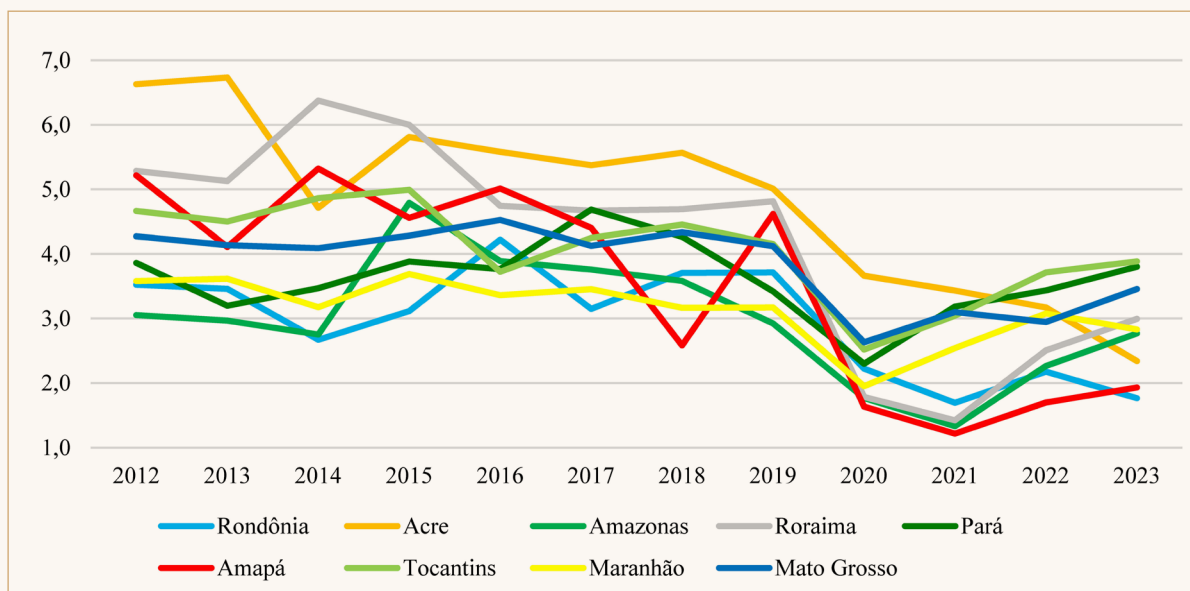
Fonte: IBGE (2024).

¹ População entre 14 e 60 anos.



O Gráfico 8 apresenta a proporção da população com rendimento de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador. Embora exista alta oscilação entre os anos, nota-se uma tendência de redução da proporção de pessoas com esse tipo de rendimento. A partir do ano de 2020, houve uma aceleração na redução.

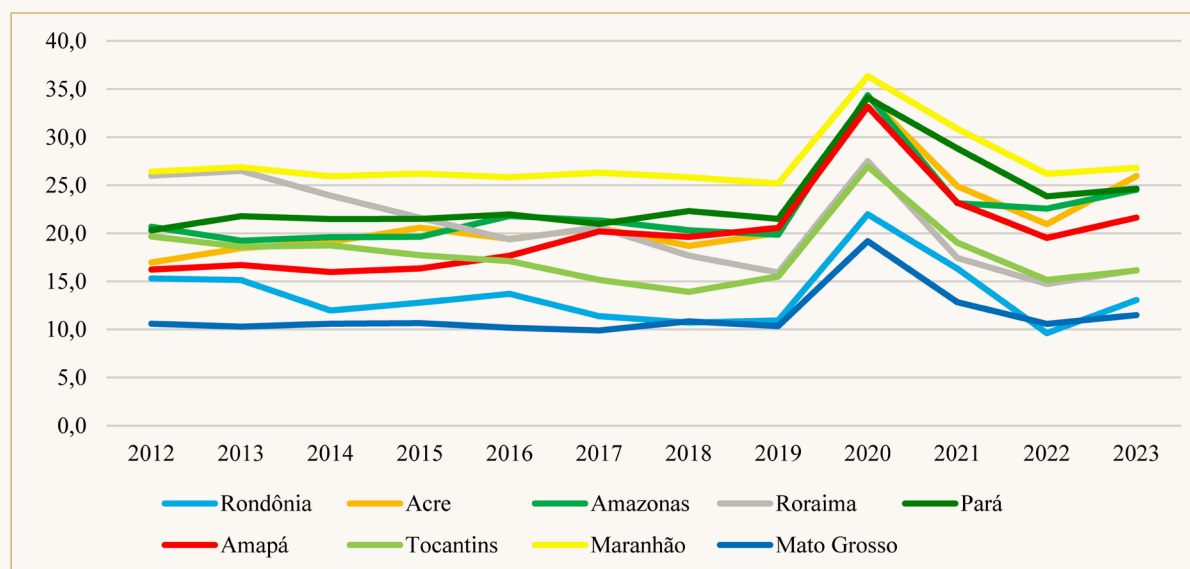
Gráfico 8 – População Residente com Rendimento de Pensão Alimentícia, Doação e Mesada de não Morador nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 9 apresenta a proporção da população com outros tipos de rendimento. Observa-se estabilidade nos estados ao longo do período analisado e o aumento considerável no ano de 2020. O Estado do Maranhão tem a maior proporção da população que recebe outros tipos de rendimento, enquanto os estados do Mato Grosso e Rondônia têm as menores proporções.

Gráfico 9 – População Residente com Outros Tipos de Rendimento nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)

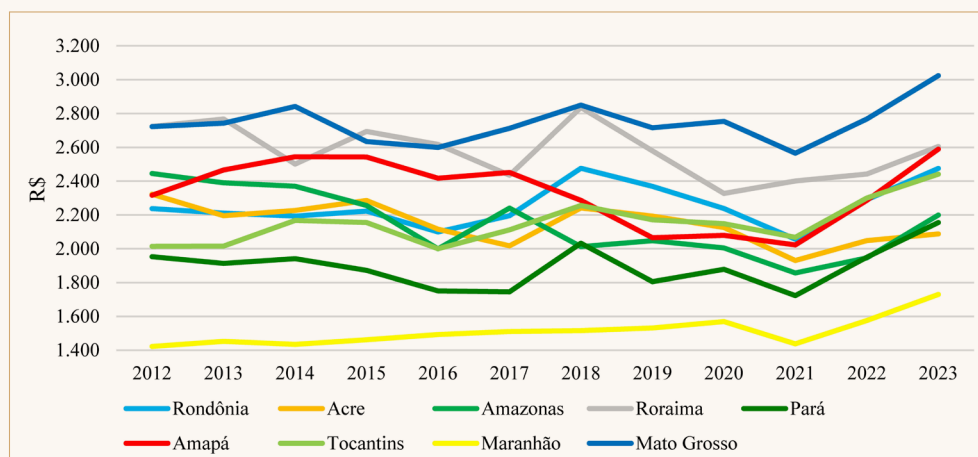


Fonte: IBGE (2024).

2.3 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR TIPO DE RENDIMENTO

O Gráfico 10 apresenta o rendimento médio mensal real de todas as fontes de rendimento médio da população. O Estado do Maranhão tem o menor rendimento médio, enquanto o Estado do Mato Grosso tem o maior rendimento. O Estado de Roraima, em alguns anos, chegou a superar o rendimento do Estado do Mato Grosso (2013, 2016 e 2017).

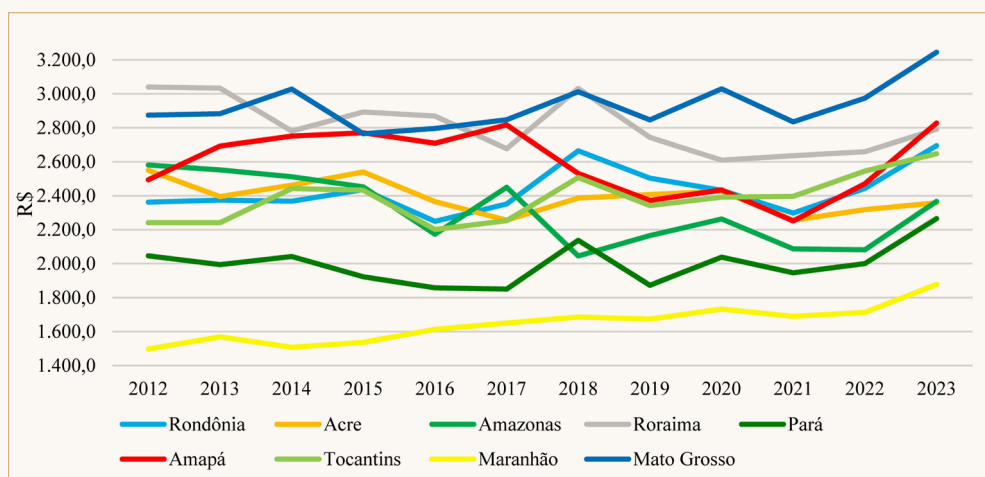
Gráfico 10 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Todas as Fontes de Rendimento nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (R\$ a preços do último ano)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 11 apresenta o rendimento médio mensal real habitualmente recebido em todos os trabalhos. Percebe-se que os estados do Mato Grosso e de Roraima apresentaram os maiores níveis de rendimento. O Estado do Maranhão teve o menor nível, porém existe uma tendência de crescimento ao longo do período. O Estado do Amapá, por outro lado, apresentou as maiores variações ao longo do período. Um comportamento comum na maioria dos estados foi o crescimento do rendimento no ano de 2018.

Gráfico 11 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente com Rendimento Habitualmente Recebido em Todos os Trabalhos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)

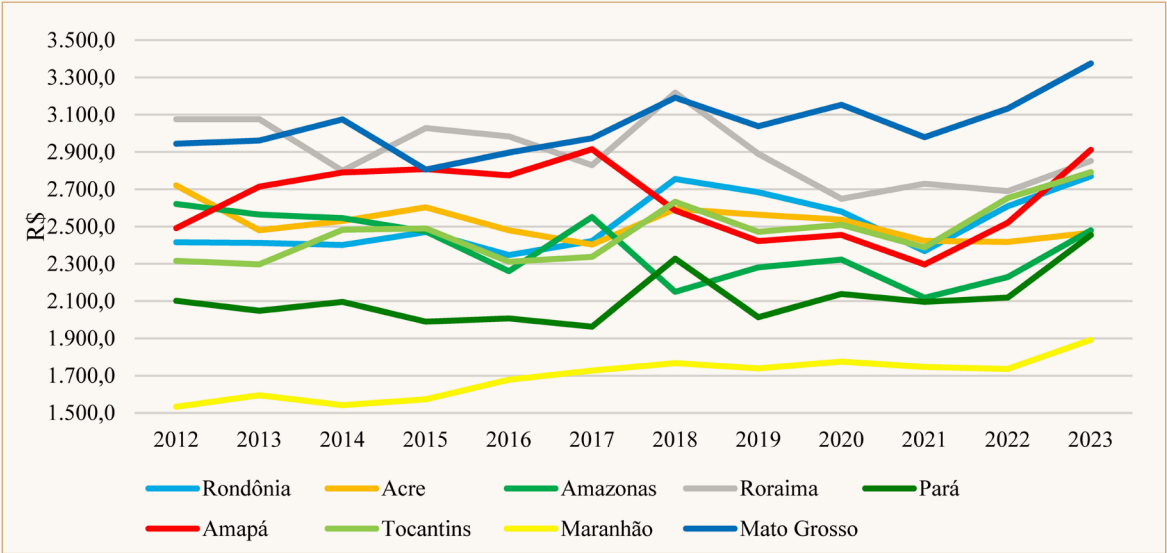


Fonte: IBGE (2024).



O Gráfico 12 apresenta o rendimento médio mensal real efetivamente recebido em todos os trabalhos. De maneira geral, é possível perceber que o comportamento é similar ao rendimento habitualmente recebido. No entanto, observa-se que o valor médio efetivamente recebido ao longo do período foi maior do que se esperava receber.

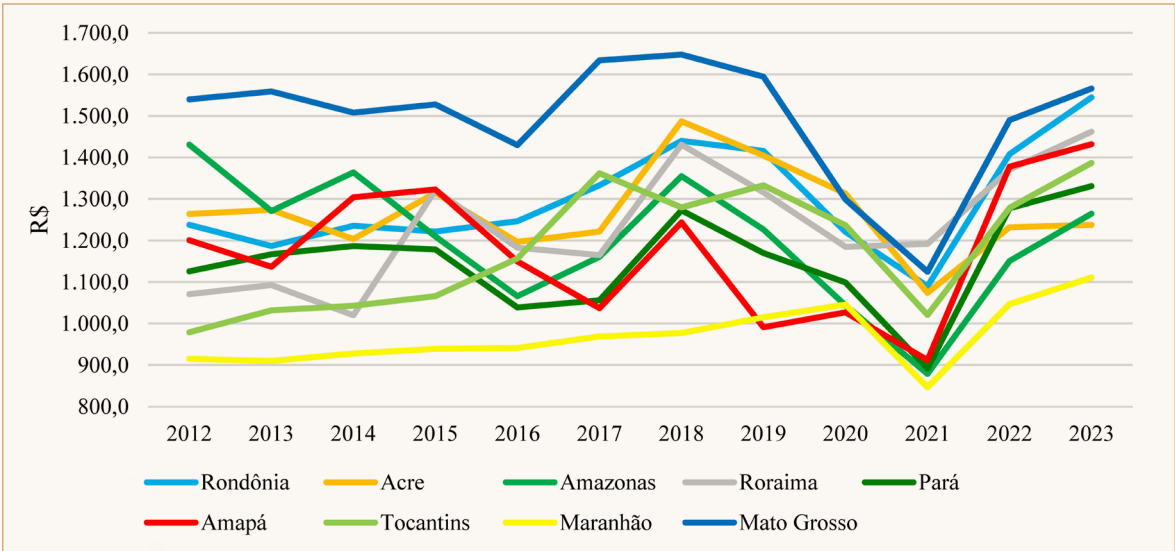
Gráfico 12 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente, Efetivamente Recebido em Todos os Trabalhos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 13 apresenta o rendimento médio mensal real de outras fontes. O comportamento dos estados é bem distinto. Porém, dois movimentos comuns ocorridos foram: a redução desse tipo de rendimento no ano de 2021, que parece ter tido o reflexo da pandemia apenas nesse ano; e a retomada de crescimento desse tipo de rendimento no ano de 2022 entre todos os estados.

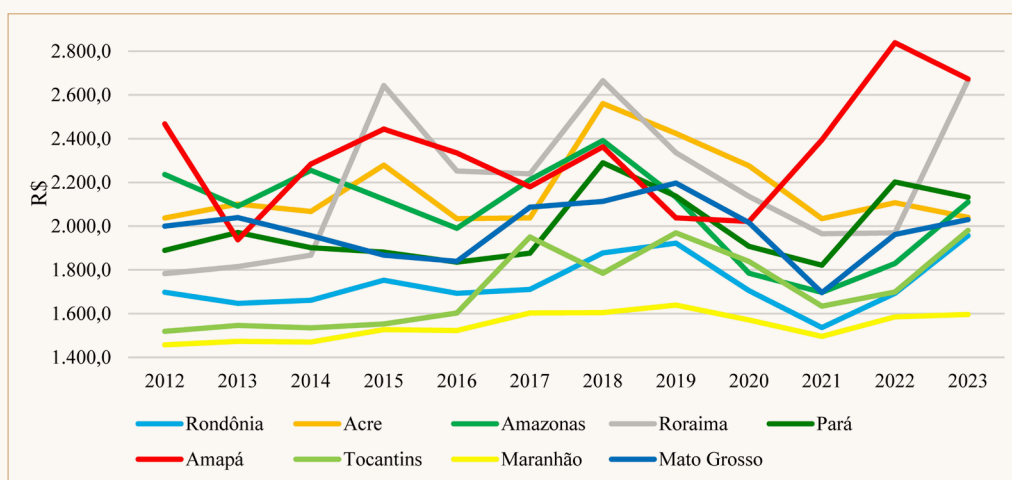
Gráfico 13 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Outras Fontes nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 14 apresenta o rendimento médio mensal real das aposentadorias. Até mesmo nesse tipo de rendimento, o Estado do Maranhão tem o menor nível em comparação com os demais estados. É possível visualizar que os estados do Amapá e de Roraima tiveram o maior crescimento do rendimento de aposentadorias no período, igualando-se ao mesmo nível no ano de 2023.

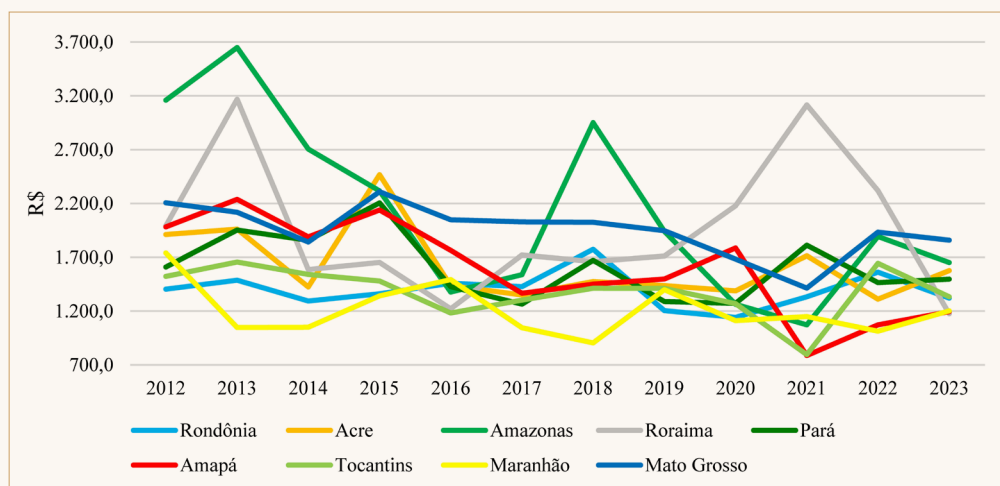
Gráfico 14 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Aposentadorias nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 15 apresenta o rendimento médio mensal real de aluguel e arrendamentos. É possível observar que existe uma grande volatilidade entre os estados: Amazonas e Roraima apresentaram as maiores oscilações durante o período avaliado. Percebe-se que, no ano de 2012, o Estado do Amazonas tinha o maior nível e teve uma brusca redução até 2017, com retomada no ano de 2018. A dinâmica vista no Estado de Roraima foi ainda mais imprevisível, pois aumentou consideravelmente em 2021, enquanto a maioria dos estados reduziu, e teve uma redução próxima aos menores níveis em 2023.

Gráfico 15 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Aluguel e Arrendamentos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)

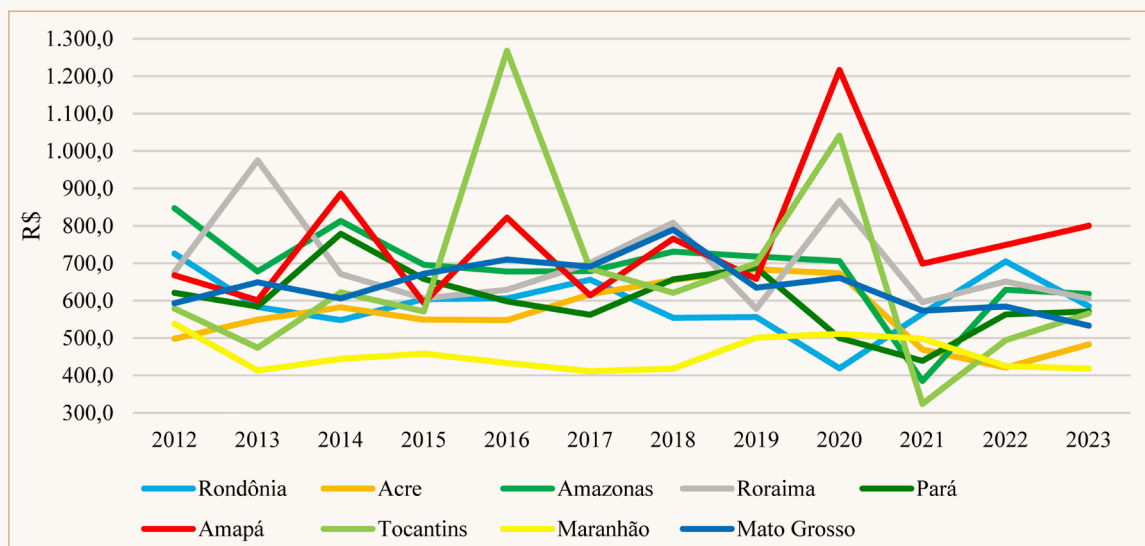


Fonte: IBGE (2024).



O Gráfico 16 apresenta o rendimento médio mensal real de pensões. Observa-se um padrão de oscilação entre os estados, porém alguns com maior oscilação, como Tocantins nos anos de 2016 e de 2020, e Amapá, em 2020. Alguns estados, como Acre e Maranhão, mantiveram tendência constante ao longo do período.

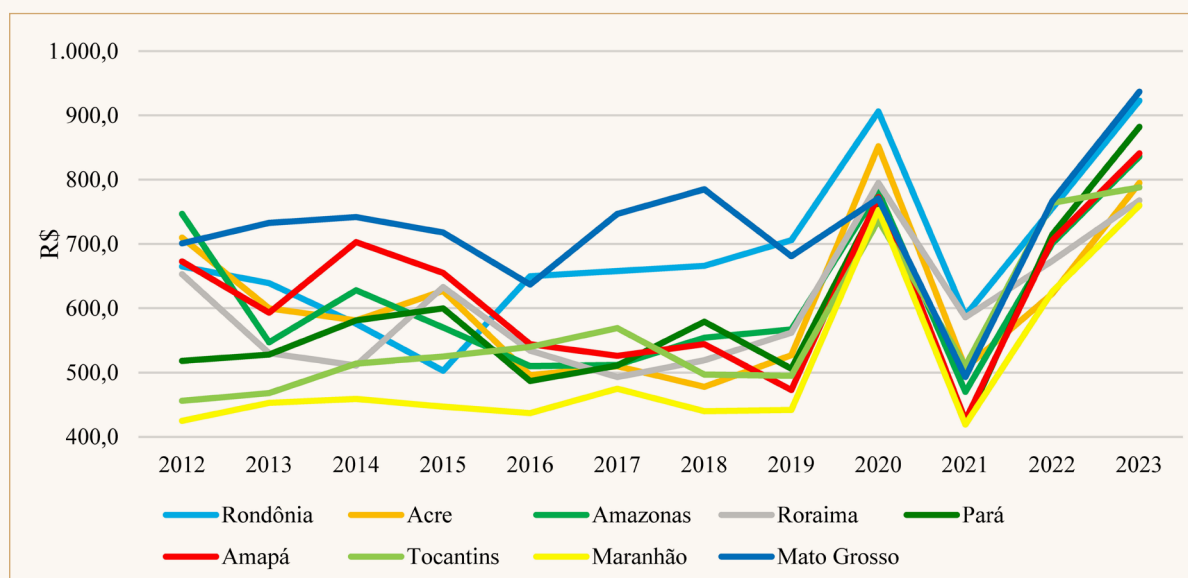
Gráfico 16 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Pensões nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)



Fonte: IBGE (2024).

O Gráfico 17 apresenta o rendimento médio mensal real de outros rendimentos. É possível observar um padrão de constantes oscilações ao longo período e que cada Estado tem sua própria trajetória. Porém, nos anos de 2020 e de 2021, o movimento ocorrido foi comum entre todos os estados. Em 2020, ocorreu aumento considerável e, em 2021, redução expressiva. A partir de 2022, teve início uma retomada do crescimento do rendimento médio de outras fontes.

Gráfico 17 – Rendimento Médio Mensal Real da População Residente de Outros Rendimentos nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%) (R\$ a preços do último ano)

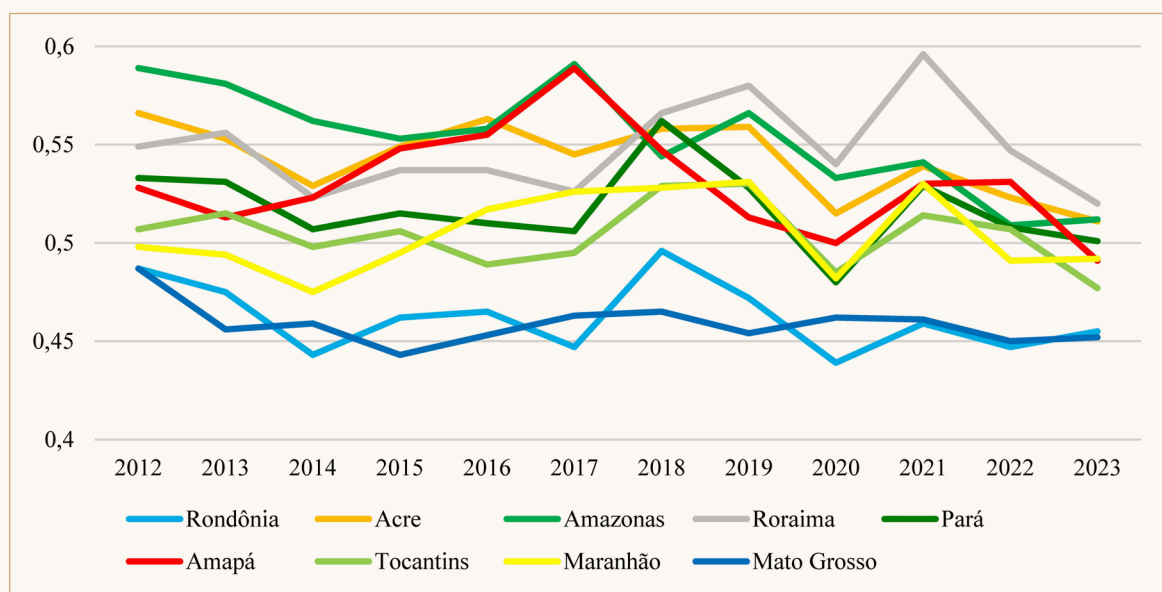


Fonte: IBGE (2024)

2.4 ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA* A PREÇOS MÉDIOS DO ANO

O Gráfico 18 apresenta o Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. É possível observar que existe uma tendência de oscilação da distribuição de renda domiciliar entre a maioria dos estados. Amazonas e Amapá apresentaram o maior nível no ano de 2017. Porém, a partir do ano de 2018, o Estado de Roraima passou a ter o maior nível de concentração de rendimento. Já Mato Grosso apresentou maior constância na distribuição de rendimento, quando comparado aos demais estados.

Gráfico 18 – Índice de Gini do Rendimento Domiciliar *Per Capita*, a Preços Médios do Ano nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023



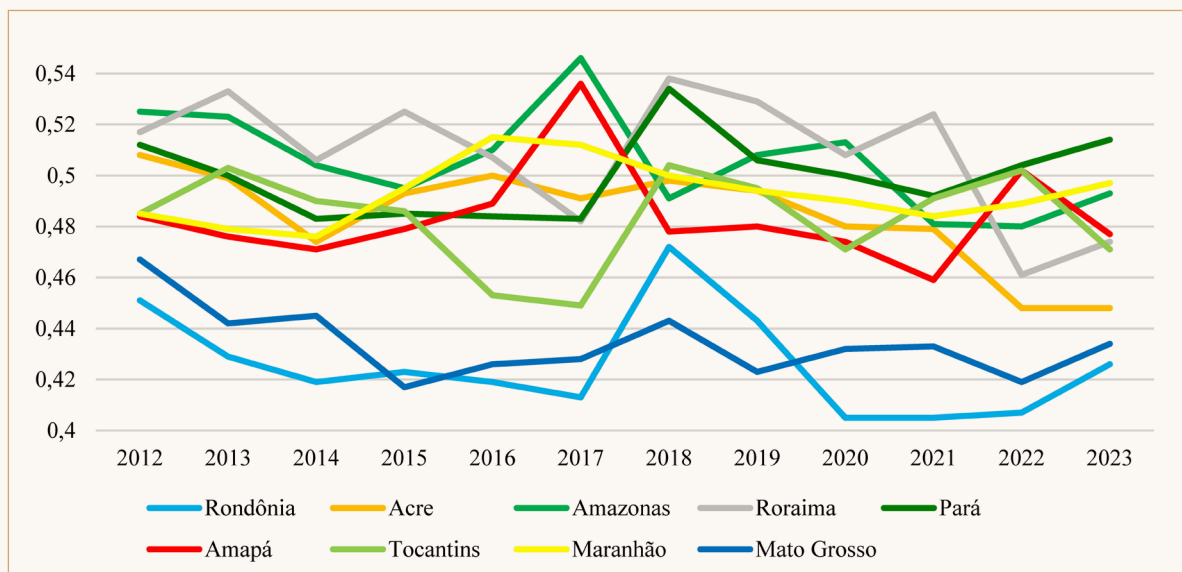
Fonte: IBGE (2024).

2.5 ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, HABITUALMENTE RECEBIDO EM TODOS OS TRABALHOS, A PREÇOS MÉDIOS DO ANO

O Gráfico 19 apresenta o Índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido em todos os trabalhos. Percebe-se que o comportamento da evolução da distribuição da renda entre os estados é diferenciado. Em geral, o Estado de Roraima apresentou os maiores níveis durante o período, alternando em alguns anos com o Estado do Amazonas. Os estados com menores níveis de concentração de rendimento foram Mato Grosso e Rondônia.



Gráfico 19 – Índice de Gini do Rendimento Médio Mensal Real das Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, Habitualmente Recebido em Todos os Trabalhos, a Preços Médios do Ano nos Estados da Amazônia Legal entre 2012 e 2023 (%)



Fonte: IBGE (2024).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados referentes ao mercado de trabalho na Amazônia Legal revelam três resultados principais. O primeiro diz respeito ao crescimento de modo estável dos empregos formais. Mesmo no contexto da pandemia de covid-19, os empregos se mantiveram estáveis. O segundo está associado à mudança da composição da renda das pessoas ocupadas. Uma trajetória comum em todos os estados foi a renda gerada por outras fontes de rendimento no ano de 2020. O terceiro se refere à dinâmica da distribuição dos rendimentos entre os estados da Amazônia Legal, onde cada Estado apresenta tendências distintas, o que sugere a heterogeneidade da economia na região.

Por meio de uma avaliação mais individualizada, nota-se que o Maranhão é o Estado com a menor proporção de pessoas com rendimento recebido em todos as modalidades, ao mesmo tempo que apresenta o menor rendimento médio e com a maior proporção de pessoas com rendimento de outras fontes. Por sua vez, os estados do Mato Grosso e Roraima apresentaram a maior proporção de pessoas com rendimento recebido em todos os trabalhos e também o maior rendimento médio.



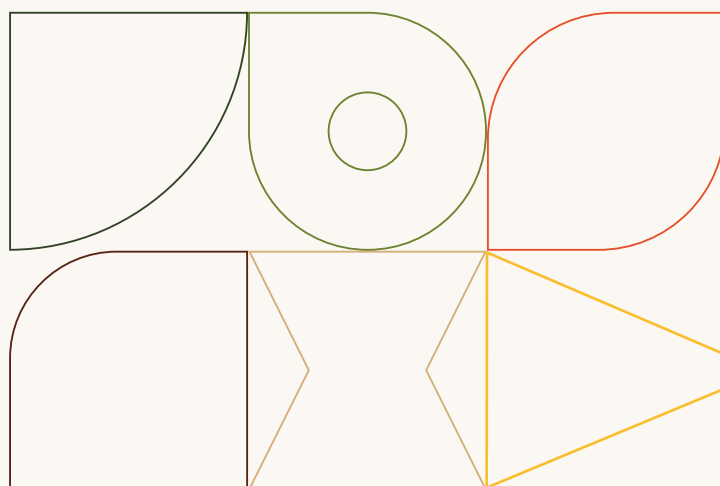
REFERÊNCIAS

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED), 2024. **Novo CAGED**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/fevereiro/pagina-inicial>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2024. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2024. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/B5/A/Q>. Acesso em: 1º set. 2024.





REALIZAÇÃO



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para superar os desafios

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



txai
amazônia

Seminário
Internacional de
Bioeconomia e
Sociobiodiversidade

